

ATA Nº 029/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos 20 dias do mês de junho de 2016, às 11h30, no auditório da Superintendência Regional de Ensino de Diamantina, realizou-se reunião objetivando a busca de um acordo entre as partes envolvidas no conflito socioambiental da região do Vale do Jequitinhonha, que se prolonga há mais de 20 anos, resultante da sobreposição territorial do Parque Nacional das Sempre Vivas e as populações tradicionais residentes em seu entorno, com suas práticas ancestrais de extrativismo. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para Governar”, discutiu-se e deliberou-se sobre este conflito por meio de Câmara Setorial da Mesa de Diálogo e Negociação.

A reunião foi coordenada pela representante da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAG) na Mesa de Diálogo, Lígia Maria Alves Pereira, que abriu os trabalhos propondo uma rodada de apresentação dos participantes, seguida da explicação sobre o funcionamento da Mesa. Após esta introdução, foi passado um filme mostrando um pouco da história e da realidade atual das populações envolvidas nesse conflito, que abrange os territórios do Parque Nacional das Sempre Vivas, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Pico do Itambé e seus entornos. Após a apresentação do filme, Zaira Moutinho, da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX, tomou a palavra e disse que o filme foi exibido com o objetivo de aproximar os presentes da realidade das comunidades que vivem no entorno dos parques nacional e estaduais, assim como a Comunidade Mata dos Crioulos, abordada em outra Câmara Setorial. Ela apresentou-se como assessora técnica dos grupos de moradores e agradeceu a participação de todos os presentes. Ressaltou a importância que as atividades tradicionais representam para as comunidades, que muitas vezes não possuem sequer energia elétrica. Lembrou que os verdadeiros inimigos do meio ambiente não são os povos tradicionais, mas atividades como mineração e biopirataria. O primeiro atingido a se manifestar, o Sr. Martins, da Comunidade de Braúnas, disse não entender o conflito, uma vez que não acha que sua atividade seja uma ameaça ao meio ambiente. Disse que, se estiverem fazendo alguma coisa errada, os órgãos responsáveis deveriam instruir como fazer corretamente e não simplesmente proibir as atividades, punindo-os. Afirmou que as famílias não sabem fazer outra atividade e estão sem serviço. Outro morador da Comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí, o Sr. Normandes de Jesus, disse que o filme deixou muito claro como é a exploração das sempre-vivas, que nunca prejudicou o meio ambiente, durante várias gerações. Disse que as comunidades não têm nenhuma assistência do poder público, na esfera da saúde e da educação, e agora estão também abandonadas em relação aos recursos que utilizavam para assegurar a sobrevivência. Não podem colher flores nem outros produtos da mata, a que sempre tiveram acesso. Afirmou que não é contra o parque, porém lembrou que não estão tendo

nenhum tipo de assistência. As famílias perderam o direito à subsistência e os jovens ficaram vulneráveis, principalmente em relação ao uso de drogas e de bebida alcoólica. As famílias hoje dependem de bolsa família e do recebimento de cestas básicas de igrejas, diferentemente da época anterior à criação dos parques, em que as famílias, de geração em geração, tiravam seu principal sustento da coleta das sempre-vivas. Além de terem sido espoliados, estão sendo também perseguidos. Denunciou uma pesquisa para extração minerária que estaria sendo realizada visando à legalização dessa atividade dentro da área quilombola e questionou por que esta atividade está sendo permitida. As famílias que lutam contra essa atividade estariam sofrendo represálias e nada está sendo feito para assegurar seus direitos. Denunciou também a aquisição de uma grande área dentro do território quilombola em que o novo proprietário desmatou tudo, sendo que o córrego secou depois disso e, mais uma vez, nada foi feito em relação ao fato. Também disse que, depois da proibição da queima controlada, tradicionalmente feita por gerações, o fogo, da forma como acontece agora, vem com toda a força. Na sua visão, a criação do parque não trouxe qualquer benefício para as famílias, que hoje estão proibidas de praticar uma atividade que sempre exerceram, sem uma explicação razoável. Gostaria de ter uma resposta hoje, pois, desde 2002, todos os direitos das comunidades foram abruptamente retirados e esta situação está sendo protelada sem nenhuma solução. Clamou por ajuda alegando que a população está sucumbindo diante desta problemática. Segundo ela, ao que lhe parece, essa morosidade é proposital no sentido de vencer a comunidade pelo cansaço. Espera que esta reunião possa trazer uma luz no fim do túnel para este conflito. Em seguida, o presidente da Associação Pé de Serra, Aldair José de Souza, tomou a palavra e disse que estão sendo esmagados por esta situação. Relatou que os jovens já foram embora após a implantação do parque e os apanhadores perderam o recurso da flor e também os jovens, que não conseguem permanecer nas localidades. Disse que a associação não irá desistir da luta e quer seu território de volta. Os representantes das comunidades presentes na reunião estão representando cerca de 550 famílias e 2.400 pessoas. Disse que estas pessoas que sempre viveram da coleta de flores não sabem viver de outra forma, sendo poucas que possuem estudo. Afirmou que a situação está muito difícil, alertando que, quando esta população chega a reclamar, é porque não está aguentando mais. Espera também que saiam desta reunião com alguma solução para o conflito. Outro morador do Vale do Inhaí, Flávio Rodrigues da Cruz, representante da comunidade de pescadores, dos apanhadores de flor e dos faiscadores (garimpo artesanal), iniciou sua fala mencionando os grandes empreendimentos minerários que atuam na região e que já foram denunciados ao ICMBio e que, segundo ele, trazem muitos prejuízos ambientais. Relatou também os vários abaixo-assinados já realizados junto à população, pleiteando a recategorização do parque. Esclareceu que não querem a extinção da unidade de conservação, uma vez que ela é a garantia da proteção ambiental que a região necessita contra empreendimentos danosos, como a mineração ou outras atividades impactantes. Avaliou que, ao

contrário destas atividades, o modo de vida das comunidades quilombolas e tradicionais do entorno do parque deveria ser visto como uma atividade parceira na preservação ambiental e não como prejudicial ao meio ambiente. Reclamou que participa do Conselho do PARNA Sempre Vivas, mas que este não tem poder deliberativo, sendo apenas consultivo, o que considera um equívoco. Encerrou sua fala pleiteando a volta ao direito de utilização de seu território como no passado. Em seguida, teve vez o procurador do Ministério Público Federal, Edmundo Antônio Dias Netto Jr, comunicando que a 6ª Câmara do MPF, que trata do direito das comunidades tradicionais, havia concluído seu laudo pericial sobre o assunto, comprovando o grau de dependência destas comunidades em relação a seu território tradicional. Criticou o processo de criação de diversos parques no Brasil, em que não se leva em conta esta questão, considerando-o bastante autoritário. Citou também a sinalização do Grupo de Trabalho criado pelo ICMBio pela recategorização da Unidade de Conservação. Afirmou que a preservação atual desta unidade se deve exatamente à cultura tradicional dos povos habitantes do entorno e que isto é corroborado e defendido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que garante os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais em relação à organização de seu modo de vida e de subsistência. Esta Convenção garante diversas atividades, não só as de apanhador de flor, como também a dos pescadores e outras ligadas ao modo de vida tradicional de um povo. Disse que a atividade de apanhador de flor foi recentemente reconhecida por meio de um decreto federal, publicado no final do governo Dilma Rousseff, em que essa atividade passou a figurar no rol de outras já reconhecidas, tendo os apanhadores de flor, agora, direito a assento no Conselho Nacional de Povos e Atividades Tradicionais e que isto deve ser reconhecido juridicamente pelo ICMBio. Questionou, mais uma vez, o processo de criação do PARNA Sempre Vivas, que não realizou consulta prévia às comunidades do entorno por meio de audiência pública, ferindo uma das disposições da Convenção 169, que é a consulta prévia, livre e informada à comunidade diretamente atingida com a criação de uma unidade de conservação e que afetará enormemente a vida destas comunidades. Acredita que o Movimento das Comunidades Tradicionais vem crescendo ao longo dos anos, com uma participação cada vez maior em fóruns nacionais para a discussão de seus direitos. Acredita também que esses direitos serão reconhecidos pelo Governo Federal, uma vez que o Brasil não pode ignorar a Corte Interamericana de Direitos Humanos e que, mediante isso, o ICMBio levará a cabo o processo de recategorização desta Unidade de Conservação. Acha, nesse sentido, que a proposta de assinatura de Termos de Compromisso com os moradores do entorno é uma medida paliativa para a questão e que esses termos não podem ser assinados somente com quem apresentar o título de propriedade e sim com todos que utilizam o território para a sobrevivência. Questionou também a elaboração do Plano de Manejo da unidade, que, segundo ele, não seguiu as normas que preveem a consulta prévia à população do entorno. Lembrou que, caso isto tenha ocorrido, o Estado Brasileiro poderia ser responsabilizado perante o

Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Finalizou solicitando uma resposta do ICMBio quanto à realização de consultas prévias, tanto para a criação do parque quanto para a elaboração do Plano de Manejo e também sobre o posicionamento do ICMBio quanto à recategorização do parque. A Sra. Geralda, moradora e presidente da Associação da Comunidade de Macacos, localizada no entorno do parque, cujas principais atividades eram a roça e a coleta de sementes, reafirmou todas as falas anteriores, além de reclamar que o parque utilizou pouquíssima mão-de-obra dentre os moradores, nos últimos anos, inclusive no que se refere à Brigada de Incêndios. Isto agravou muito a situação econômica deles, sobretudo com o retorno dos que perderam o emprego nas cidades. Reclamou também que sua comunidade não foi consultada quando da criação do parque, nem na sua posterior ampliação, e considera essa irregularidade passível de anulação da lei que criou e ampliou a unidade. Disse que a região de Macacos sempre foi preservada pela comunidade e que por isso não necessitam do Governo Federal para isto. Em seguida, a palavra foi passada a Claudemir Fávero, pesquisador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – NAC/UFVJM. Disse que sua fala é baseada num trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos, sendo que este núcleo fez parte do Grupo de Trabalho constituído pelo ICMBio para tratar desta questão. Segundo ele, os recursos naturais que estão em discussão são de natureza renovável, que existem estudos recentes na área da agroecologia que apontam para a convivência pacífica entre o ser humano e as diversas espécies de plantas, sendo que algumas só conseguem se perpetuar graças ao manejo humano. Disse que o núcleo colaborou também com um trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA/UFMG, com destaque para a participação do Sr. Aderval Costa Filho, professor de antropologia. Segundo ele, neste trabalho, foi aplicado um questionário nas 18 comunidades do entorno do parque, abrangendo 37% do universo das famílias atingidas. Por meio desse questionário, apurou-se que, das 2.500 pessoas atingidas pela unidade, cerca de 1.000 abandonaram a região após a implantação da Unidade de Conservação. Dentre as famílias questionadas, chegou-se a um percentual de 80% que declararam que fazem ou faziam a apanha de flores antes da implantação do parque, sendo esse um importante indicador do grau de dependência dessas comunidades com seu território original, para manutenção do seu modo de vida e subsistência. Ressaltou, mais uma vez, que o Grupo de Trabalho do qual faziam parte encaminhou o pedido de recategorização da unidade por considerar ser esse o caminho mais plausível, embora não houvesse consenso geral a respeito. Na sua percepção, há ainda alguma resistência dentro do próprio ICMBio para que se efetive essa recategorização e teme que a demora nesses trâmites esteja ocorrendo por esse motivo. Criticou a insistência do ICMBio em reconhecer somente as famílias que tenham título de posse ou propriedade como usuárias do território. Disse que, do ponto de vista da CODECEX e das comunidades, já se gerou uma

expectativa dessa recategorização da unidade e acha que, após a conclusão das discussões que ocorreram durante dois anos dentro do Grupo de Trabalho, as famílias estão voltando aos poucos às atividades de extrativismo, que não realizavam há muitos anos por medo. Reconhece que essa situação não é ideal para nenhum dos lados e acredita que a celebração de um acordo será muito útil, até que aconteça a solução definitiva que seria a recategorização da unidade. Em seguida, Luci Rodrigues, representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA de Minas Gerais na Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, disse que a atuação do INCRA se restringe à regularização fundiária da comunidade quilombola de Vargem do Inhaí, especificamente em relação a este parque. Entretanto, entende que a discussão presente extrapola a área de atuação do INCRA. Esclareceu que o primeiro estudo realizado pelo INCRA foi o Relatório Antropológico onde foi identificado o pleito de reivindicação da Comunidade Vargem do Inhaí, correspondente a uma área de 17.054 ha. Deste total, cerca de 6.830 ha estão dentro da área do PARNA Sempre Vivas. Além desse Relatório Antropológico, existem outras peças técnicas que compõem o Relatório Técnico que deverá ser elaborado pelo INCRA, para conclusão dos trabalhos de regularização fundiária que a lei determina. Segundo ele, embora o Relatório Técnico não tenha sido concluído, o Relatório Antropológico mostra claramente que a comunidade existia previamente à criação do parque, com todos os seus modos tradicionais de vida e atividades econômicas. Após a conclusão de todos os relatórios, o ICMBio será notificado sobre as áreas que fazem sobreposição com a Unidade de Conservação para as devidas providências. Entretanto, devido à morosidade de todos os procedimentos, tanto do INCRA como do ICMBio, acha fundamental, neste momento, a construção de um acordo de uso entre as partes para uma convivência pacífica. O Sr. Antônio Miranda, membro da Ouvidoria do INCRA do Setor de Conflitos Agrários do Estado, tomou a palavra dizendo que, em Minas Gerais, prevalecem dois tipos de conflitos fundiários: os ligados às ocupações dos “sem terra” e os conflitos socioambientais, envolvendo comunidades ribeirinhas e quilombolas. Nesse sentido, tem participado de várias discussões nas quais a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais/SEDA se faz também presente. Sugeriu a criação, no âmbito da Mesa de Diálogo, de um grupo de trabalho específico para tratar dos conflitos que envolvam as comunidades tradicionais, tendo em vista a frequência desses conflitos no Estado, onde existem mais de 350 comunidades quilombolas já identificadas, sendo que todas elas se apresentam em situação de vulnerabilidade territorial. Colocou-se à disposição da comunidade para quaisquer encaminhamentos que estiverem ao seu alcance. Encaminhará a ata desta reunião à Ouvidoria Nacional do INCRA, para conhecimento e busca de auxílio na esfera federal. Finalizou sua fala parabenizando as comunidades pela luta incansável por seus direitos. Em seguida, Aldenir Viana, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais/SEDA e integrante da Mesa de Diálogo, explicou a atuação de sua secretaria nos conflitos fundiários. Corroborou com todas as falas anteriores,

inclusive se lembrando de reunião do pleno da Mesa ocorrida em Belo Horizonte, na qual foi tratado o conflito atinente à Mata dos Crioulos, em que a situação é a mesma. Também relatou a reunião ocorrida com o ICMBio em Belo Horizonte, em que várias informações foram transmitidas pelo gerente do PARNA Sempre Vivas. Disse que, no processo de criação de parques, vem observando que prevalece isto: primeiro cria-se o parque e depois se verifica o que está contido nele, gerando, com isso, inúmeros conflitos fundiários. Acha que esta prática tem que ser revista pelos governos. Colocou-se também à disposição da comunidade, como representante da Diretoria de Conflitos Agrários da SEDA, para quaisquer questões atinentes ao conflito. Posteriormente, o Sr. Sérgio, representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Diamantina, tomou a palavra, esclarecendo a postura do órgão municipal frente à questão. Afirmou que, desde que assumiu a gestão, a Prefeitura vem fazendo o acompanhamento junto às comunidades, porém, tendo em vista todas as autarquias federais envolvidas e a complexidade da questão, mantém a postura de não envolvimento direto no conflito. Disse ainda que a Prefeitura vem acompanhando todas as reuniões sobre o tema, desde que assumiu a gestão municipal, e tem se colocado à disposição das comunidades, principalmente nas pastas da saúde e educação. Ressaltou, entretanto, que na pasta de meio ambiente não há muito o que fazer, no presente momento, já que a questão vem sendo encaminhada em outras esferas. Ressaltou que a questão fundiária no município de Diamantina tem se apresentado bastante complexa, embora a Prefeitura tenha uma atuação dinâmica e participativa, buscando sempre o atendimento às populações. Reforçou as falas anteriores no que diz respeito à criação de Unidades de Conservação, que, muitas vezes, é feita de forma indiscriminada e sem critérios embasados em estudos sérios e sem o envolvimento da coletividade. “Criar unidades de conservação é muito fácil, mas os problemas e conflitos que são gerados após a criação de um parque têm se apresentado de difícil solução”. Reafirmou a posição da Prefeitura quanto à retomada das atividades das comunidades tradicionais, de forma legal e em caráter definitivo, e reiterou o compromisso do município de prestar a ajuda que for possível, mantendo um canal aberto de comunicação com as comunidades atingidas por esse conflito. Em seguida, Maria Neudes, pesquisadora da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – NESFEV/NAC/UFVJM, iniciou sua fala dizendo que, infelizmente, no Brasil, a maioria dos processos de criação de parques não leva em consideração a realidade local. Citou uma pesquisa realizada em 2009, que apontou que, dos 58 municípios entrevistados na região, 30 praticavam atividades de extrativismo. Explicou também que a atividade de extrativismo não se restringe à coleta de flor, abrangendo todo o tipo de fruto e outros produtos disponíveis na natureza. Disse não entender a demora no processo de recategorização da unidade, uma vez que, desde 2009, já se chegou a tal solução, em vista da relevante importância dessas atividades para a manutenção dos povos tradicionais. Disse que tem acompanhado diversas reuniões e audiências sobre a problemática, com a participação de várias instâncias de poder, sem chegar, concretamente, a uma

solução para esta questão. Acredita que, para se chegar a um consenso, é necessário eliminar a ideia de rivalidade entre população e meio ambiente e, nesse sentido, clamou ao gerente do Parque Nacional das Sempre Vivas que adotasse uma forma de gestão diferenciada, podendo a celebração de um possível acordo servir de modelo para outros conflitos semelhantes. Espera que esta reunião termine com um consenso para a celebração do acordo entre as partes e finalizou lembrando que o direito conquistado significa também uma maior responsabilidade. Passou, então, a palavra para os representantes do ICMBio. O primeiro a se pronunciar foi o Sr. Mário Douglas Oliveira, coordenador regional do ICMBio. Ele reconheceu que há hoje um passivo grande para a sua instituição, causado pela criação de unidades de conservação à revelia da população do entorno. Entretanto, percebe que, nos últimos anos, houve uma evolução nos processos de criação de unidades de conservação federais, que estão acontecendo de forma mais adequada. Citou como exemplo positivo em que teve a satisfação de participar o Parque Nacional Serra do Gandarela, em que foram realizadas várias audiências públicas antes de seu decreto de criação. Disse que consertar é muito mais difícil do que fazer o certo desde o início. Citou outro exemplo positivo, que é o caso da Reserva Biológica da Mata Escura, em que no processo de recategorização da unidade se produziu um amplo trabalho técnico. Todos os estudos que previam a exclusão de territórios de comunidades tradicionais ou assentamentos foram encaminhados ao Ministério Público Federal e isto garante outro contorno para o processo. Em relação ao PARNA Sempre Vivas, tem aproximadamente cinco anos que está acompanhando o conflito e afirmou que o ICMBio não tem dificuldades em reconhecer a legitimidade da luta dessas comunidades tradicionais pelos seus direitos ao território, assim como também não tem dificuldade em reconhecer que é preciso buscar uma solução temporária enquanto não vem a solução definitiva. Enxerga como única solução, no momento, a assinatura dos Termos de Compromisso, como já foi colocado em diversas reuniões. Mesmo que haja divergências na construção deste termo, não há o que se discutir mais sobre sua necessidade. Segundo ele, o caminho que precisam tomar agora é em direção a esta construção. O Termo de Compromisso é a ferramenta que trará segurança tanto para as pessoas das comunidades quanto para os agentes do ICMBio e que, na sua opinião, deveriam já estar viabilizando a construção de um termo possível. Nesse sentido, não sabe como será feito quanto à questão de espécies ameaçadas, já que o ICMBio tem que seguir normas que estão acima de sua alçada. Também não entende a fala de que a assinatura do termo está sendo proposta baseada no título de posse ou de propriedade e não no uso do território, como já foi dito inúmeras vezes. O que foi dito que não é possível é a assinatura coletiva. Nos Termos de Compromisso devem constar os nomes dos indivíduos. Frisou também que é preciso retirar do conflito questões que já foram resolvidas, como é o caso das comunidades quilombolas, por já terem seu território reconhecido. Ao ser questionado, não soube responder sobre os trâmites do processo de criação desta unidade, no que diz respeito à realização de consultas públicas, mas se

o MPF desejar poderá solicitar formalmente o envio da documentação. Quanto à permissão de apanha de flores e utilização da queima controlada, reafirmou que esta questão deve ser tratada no acordo, que conterà todos os critérios de utilização da área protegida, enquanto não se consegue a recategorização da unidade, já que isso se dará em outra esfera de decisão. Posteriormente, Márcio Lucca, chefe do Parque Nacional das Sempre Vivas, iniciou sua fala se apresentando e informando que responde pela gestão do parque desde setembro de 2011. Sentiu-se muito satisfeito quando escutou, em uma das primeiras falas, a disposição das pessoas para a celebração do acordo, uma vez que o ICMBio vem insistindo nessa questão há bastante tempo. Relatou a reunião ocorrida com componentes da Mesa de Diálogo, em Belo Horizonte, onde deixou bem claro sua postura visando à construção de uma convivência pacífica. Disse que o MPF já tinha se posicionado pela celebração do acordo, que foi apontado também pelo Grupo de Trabalho. Ressaltou que o GT foi criado não por imposição do ICMBio, mas por solicitação da própria CODECEX. Rechaçou a fala de que a gestão atual da unidade atua da mesma forma que no passado e afirmou que esta gestão está fazendo tudo o que pode para buscar o diálogo com as comunidades do entorno, visando à resolução do conflito. Disse que, do início de sua gestão até o momento, foram aplicadas apenas seis multas. Solicitou que as pessoas interessadas lessem o Plano de Manejo que se encontra disponível no site do ICMBio, principalmente no que se refere ao planejamento, para tirar suas dúvidas. Lá poderão ver que existe a proposição de assinaturas de Termos de Compromisso e realização de fóruns. Acredita que haja um caminho para a solução adequada na resolução dos conflitos fundiários atinentes às Unidades de Conservação. Reafirmou a posição do ICMBio, já contida na fala do coordenador, sobre o reconhecimento do território da Comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí, inclusive com a permissão da atividade extrativista em território sobreposto ao do parque. Em relação às espécies de sempre-vivas, existe uma quantidade enorme dentre as que são coletadas, sendo que três delas apresentam maior valor comercial. Dentre estas três, existe uma que está na lista de espécies ameaçadas de extinção e o ICMBio não pode fingir que essa situação não existe. Segundo ele, isto certamente deverá constar como um item importante no Termo. Explicou também a posição da gestão quanto à colocação de fogo. Estão adotando um procedimento denominado Manejo Integrado do Fogo, já utilizado também em outras unidades do ICMBio. O termo integrado significa a adoção de técnicas tradicionais de fogo controlado adquiridas das comunidades, juntamente com técnicas de manejo atual. O objetivo desse manejo do fogo é a conservação ambiental, com a redução dos riscos de grandes incêndios. Em relação a esse procedimento, afirmou que tem encontrado vários estudos realizados por instituições e universidades. Mencionou também a existência de um vácuo na legislação ambiental do Estado, de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas/IEF, em relação à regulamentação da atividade extrativista. Lembrou que o ICMBio só pode autorizar uma coleta em áreas sob seu domínio. Devido ao adiantado da hora, deixará outras questões para

serem discutidas em reuniões mais específicas. Finalizou sua fala dizendo ser favorável à construção de um acordo. Em seguida, a palavra foi passada ao Sr. Dario Magno, coordenador regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais/EMATER. Ele disse que tem acompanhado esta discussão desde 2009, onde esse acordo já foi proposto inúmeras vezes. Disse também que a legislação ambiental é muito avançada no que diz respeito à questão ambiental, porém peca muito na questão social quando há ocorrência de conflitos fundiários. Disse que o processo inadequado de criação de Unidades de Conservação esmaga comunidades e os governos são os primeiros a não cumprir a legislação. Na proposição da construção desse marco jurídico representado pelo acordo, colocou a EMATER à disposição para prestar assessoria técnica às comunidades. Disse que este é o momento para a construção de proposições que servirão para situações semelhantes dentro do Estado, citando, só na região de Diamantina, três outros conflitos fundiários envolvendo parques estaduais. Relatou um caso inédito em que se conseguiu a reprodução de uma espécie de sempre-viva com apoio técnico da EMATER. Disse que as instituições governamentais têm a obrigação de construir um caminho para essas questões e lamentou a morosidade nos processos de reconhecimento de territórios quilombolas no Brasil, avaliando que é preciso mais vontade política nesse sentido. Em seguida, o representante do IEF, Sr. Rodrigo Hecht, iniciou destacando a importância da regulamentação da atividade extrativista, pois isso traria conforto jurídico a todos os envolvidos na atividade, para aqueles que coletam, para os que comercializam e também para os que comprem os produtos. Já existiria dentro do IEF uma comissão tratando da regulamentação desta atividade, sendo que o órgão tem se empenhado nesse sentido. Em seguida, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado (SEDESE) tomou a palavra, anunciando o Programa de Combate à Pobreza no Campo e ao Êxodo Rural, que está sendo lançado por sua secretaria. Neste programa, os povos e comunidades tradicionais terão um atendimento específico. Conforme dados levantados pela SEDESE, constatou-se que a Região do Vale do Jequitinhonha continua com índices altos de pobreza e êxodo rural. Os primeiros a receber este atendimento serão as comunidades ribeirinhas e logo após as comunidades quilombolas e os apanhadores de flor. Citou também as feiras de economia popular solidária, promovidas pela SEDESE em Diamantina e região, visando ao suporte na comercialização de produtos artesanais, onde foi constatada a dificuldade enfrentada pelos artesãos que utilizam produtos de coleta extrativista. Sugeriu que o ICMBio desenvolvesse ações no sentido de utilização de mão-de-obra local, criando oportunidades de trabalho inseridas no contexto da Unidade de Conservação, já que a população local vem sofrendo impactos econômicos negativos desde a criação do parque. Posteriormente, João Carlos Pio, representante da Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Social (SEDPAC), disse que é importante avançar no diálogo, mas sem perder a noção da realidade. Avaliou que a construção do Termo de Compromisso pode ser o caminho mais adequado no momento, mas não se pode perder de vista a

instituição de um marco legal que assegure os direitos sociais das comunidades que habitam o entorno de Unidades de Conservação, visando à construção de uma política estadual nesse sentido. Informou que já estão sendo instituídas Câmaras Temáticas para tratar da questão que envolve comunidades e parques, com a participação de praticamente as mesmas entidades presentes nesta reunião, acreditando que assim irão avançar na solução do conflito. A coordenadora da Mesa passou então a palavra para o Dr. Edmundo, do MPF, que agradeceu a oportunidade do diálogo e voltou na questão da construção do Termo de Compromisso para uso das áreas comuns do Parque Nacional das Sempre Vivas. Solicitou que a CODECEX debata a questão junto aos coletores de flores para a construção conjunta do Termo. Solicitou ao ICMBio que averiguasse o processo de elaboração do Plano de Manejo do parque, sob o aspecto das consultas públicas para, se for o caso, readequá-lo conforme a legislação pertinente. Márcio Lucca, gerente do parque, esclareceu então que, em 2015, o ICMBio propôs a assinatura dos Termos de Compromisso, mas que não foi aceita pela CODECEX naquele momento. Em seguida, Zaira Moutinho, da CODECEX, disse que o termo foi rejeitado por ter caráter individual e direcionado apenas a quem era detentor de posse dentro do parque, desconsiderando o modo de vida tradicional e o uso do território. Além disso, ressaltou alguns pontos fundamentais para a construção do acordo. O primeiro ponto seria a questão do reconhecimento do território quilombola de Vargem do Inhaí por parte do ICMBio. Outro ponto importante que deve constar no Termo de Compromisso é sobre o modo de vida das comunidades tradicionais, que tem de ser respeitado, bem como a definição do campo para apanha de flor da Comunidade de Macacos. Por último, Flávio Rodrigues da Cruz, morador da localidade de Inhaí, solicitou que fosse olhada também a situação da comunidade quilombola de Quartel de Indaiá, que também possui certificado. Ressaltou ser a primeira vez que ouve falar sobre a possibilidade de utilização de uma área comum dentro do parque. Finalizando a discussão, Mário Douglas, do ICMBio, disse que é preciso ter muito cuidado nessa discussão. Ponderou ser imprescindível a participação da Advocacia Geral da União - AGU e do Ministério Público, pois existem também, na área do parque, propriedades particulares que precisariam de tratamento específico. Afirmou que os aspectos do termo devem ser embasados legalmente, o que trará segurança a todos os envolvidos. A seu ver, a partir de agora, as reuniões devem ter o objetivo de construção do termo e não mais de discutir sua necessidade. Espera que este termo não seja um instrumento apenas bonito no papel, mas que possa ser um instrumento de uso possível, contemplando o que poderá ser feito concretamente. Por fim, lembrou que o Termo de Compromisso é uma solução provisória e que a solução definitiva de recategorização da unidade acontece em outro âmbito. Depois, Márcio Lucca ressaltou que não deve haver antagonismos entre a conservação ambiental e os direitos sociais, afirmando que essas questões devem ser tratadas conjuntamente. Questionado por uma pessoa presente se houve algum pagamento de indenização a alguém, em algum momento, no processo de criação da unidade,

respondeu negativamente. Foi solicitado, então, pela representante do INCRA, que a SEDA fizesse um mapeamento fundiário na área em questão, buscando identificar a titularidade destas áreas. Em resposta, a coordenadora da Mesa, Lígia Alves Pereira, disse que, como a SEDA é um órgão componente da Mesa de Diálogo, esse assunto será devidamente tratado no âmbito desse colegiado. O representante da SEDA se manifestou, dizendo ser possível dar um tratamento diferenciado para as áreas que forem consideradas devolutas do Estado de Minas Gerais. Finalizando a reunião, foram feitos os seguintes encaminhamentos:

Encaminhamentos:

1º Momento – Fica a cargo da CODECEX convocar todas as comunidades extrativistas residentes no entorno do PARNA Sempre Vivas, por meio de seus representantes, para reuniões visando o levantamento das demandas, em cada localidade, que poderão integrar o Termo de Compromisso a ser assinado com o ICMBio, para a utilização mais adequada e pacífica das áreas protegidas.

2º Momento - Realização de uma reunião no dia 23 de agosto de 2016, aberta a todos os interessados, inclusive com a participação da Mesa de Diálogo e Negociação, para apresentação das proposições levantadas nas comunidades;

3º Momento - Realização de reuniões técnicas, com participação do Ministério Público Federal, lideranças comunitárias, pesquisadores do NAC, NESFEV e GESTA, representantes do ICMBio, da AGU, da SEDPAC, da EMATER e do IEF, visando à construção do Termo de Compromisso definitivo, com base nas proposições levantadas em cada comunidade;

4º Momento - Realização de uma reunião a ser marcada oportunamente, para a apresentação dos termos finais do acordo;

Paralelamente, a SEDA ficou de realizar um mapeamento fundiário da área do conflito, visando identificar sua titularidade. Houve também a solicitação do MPF ao ICMBio, no sentido de averiguar se houve consulta pública no processo de elaboração do Plano de Manejo do PARNA Sempre Vivas.

Diamantina, 20 de junho de 2016.